

Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)

MARCOS DEL ROIO

São Paulo: Boitempo, 2019. 253p.

Luciana Aliaga*

A nova edição de *Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)* chega quinze anos depois da sua primeira publicação pela Editora Xamã em 2005, justamente em um momento em que movimentos antidemocráticos de massa se reorganizam e servem de base de apoio a governos autoritários. Contudo, diante da atual situação de incerteza e fragmentação das lutas populares emerge a lição histórica lembrada por Marcos Del Roio: a necessidade da criação de um novo movimento global de contestação, antagônico ao domínio do capital e que seja capaz de ajustar os diversos prismas individuais até obter uma mesma refração luminosa – para recordar a bela metáfora proposta por Gramsci nos *Quaderni del Carcere*, utilizada no título deste livro – refundando a práxis socialista no século XXI. Vejamos, em linhas gerais, o conteúdo do livro de Del Roio.

O significativo ano de 1919, que inaugura a Internacional Comunista (IC) e marca o acirramento das lutas operárias na Itália, constitui o marco inicial da análise que se fecha em 1926, com a consolidação do regime fascista e a prisão das principais lideranças de oposição ao regime, entre elas, Antonio Gramsci. Este é, portanto, um livro que se dedica ao período pré-carcerário e, nesse sentido, cabe destacar que parte expressiva da produção acumulada sobre o pensamento

* Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: lualiaga@gmail.com

gramsciano se debruça sobre os *Quaderni*. Isso quer dizer que o volume de estudos que trata especificamente do pensamento do autor antes da prisão é relativamente mais escasso, o que torna a presente obra uma contribuição ainda mais relevante. O conjunto destes escritos tem como ponto chave o enfrentamento da nova ofensiva do capital e a falência da revolução socialista internacional, agravada pelas cisões internas na IC e, especificamente na Itália, pela reorganização da luta de classes imposta pelo fascismo. Neste contexto, a fórmula política da frente única defendida por Lenin a partir de 1921 para enfrentamento dos desafios postos ao movimento comunista internacional conquista o primeiro plano da cena.

O cenário inaugurado em 1921, com a retomada ofensiva do capital no Ocidente, o surgimento do fascismo e a derrota da revolução socialista internacional, agravado pela crise econômica na Rússia, exigia uma reorientação estratégica dos comunistas. Deste modo, de acordo com Lenin, enquanto não fosse possível uma retomada da revolução socialista, seria necessário desenvolver um capitalismo monopolista de Estado voltado para a industrialização, o aumento da produtividade do trabalho e a implementação da produção em grande escala no campo capazes de dinamizar a economia e superar a crise, medidas que seriam adotadas – não sem intestinas polêmicas no interior da IC – a partir da Nova Política Econômica (NEP). Esta seria a forma da frente única entre operariado e campesinato na esfera da economia e que, posteriormente, deveria selar uma frente única no campo da política.

A fórmula política da frente única, que propunha aliança com as organizações do amplo espectro socialista, incluindo as frações reformistas, resultou, evidentemente, na derrota da refundação comunista que se desenvolveu entre 1917 e 1921, cujos principais expoentes foram Lenin e Rosa Luxemburgo e que postulava a necessidade da cisão, por um lado, com o positivismo que se instalara no movimento socialista e seu correlato reformismo e, por outro lado, com o radicalismo dogmático dos “esquerdismos”. Tratava-se agora de criar uma barreira contra o avanço do capital sobre as conquistas da revolução socialista, garantindo uma possível retomada. Entretanto, as particularidades da luta de classes e da situação econômica nos diversos países do Oriente e do Ocidente, bem como as diferentes avaliações políticas das direções comunistas nacionais – que tiveram dificuldades em passar da política de cisão com o reformismo postulada pela refundação comunista para a política de alianças com ele – criaram desacordos sobre a orientação da IC em relação à política de frente única, que se enfraqueceu ainda mais após a morte de Lenin, em janeiro de 1924.

Neste contexto, a interpretação dos comunistas italianos no início de 1922 era de que o fascismo, como elemento constitutivo da ofensiva do capital, dedicava-se a destruir a autonomia operária, assimilando suas organizações às instituições estatais “no próprio quadro da solução social-democrática” (p.94), de modo que a fusão com o Partido Socialista Italiano (PSI) proposta pela IC significaria a sua total capitulação. Diante disto, o PCd’I, incluindo Gramsci, recusou tal fusão e,

consequentemente, entrou em conflito com a orientação da IC. Para Gramsci, na Itália, a frente única deveria ser estabelecida entre o operariado urbano e o campesinato, atraindo não a direção colaboracionista do PSI, mas a sua base operária, defendendo, portanto, uma “frente única sindical”.

Dois temas principais se articulavam na reflexão gramsciana sobre a política de frente única: o equilíbrio instável interno ao movimento comunista internacional e o impacto da conjuntura nacional sobre as organizações. No que se refere à organicidade interna, por um lado estavam os problemas colocados na relação entre a IC e o PCd'I, por outro, as relações entre os diferentes grupos e frações no interior do PCd'I. Além disso, com a consolidação do regime fascista na Itália e sua base de massas, a nova onda repressiva, com a prisão e assassinato de lideranças socialistas, o acirramento das lutas internas à IC e a ameaça de cisão do grupo dirigente bolchevique, Gramsci alcança a compreensão da fundamental refundação comunista como um fenômeno nacional/internacional, levando-o a uma “particularização da hegemonia”, isto é, “quando a questão nacional adquire uma importância decisiva na estratégia da revolução socialista internacional” (p.29).

A partir deste aprendizado, a reflexão gramsciana sobre a aliança entre operariado e campesinato em 1926, às vésperas da sua prisão, no conhecido texto “Alguns temas sobre a questão meridional”, abandona o terreno restrito da luta sindical e ganha uma nova dimensão que a conduz à abordagem da “questão meridional” como questão nacional no contexto das lutas do movimento comunista internacional, de modo que “o conhecimento da realidade do país, das lutas sociais e das particularidades regionais passava a ser imprescindível para combater o fascismo e construir um novo Estado” (p.119). Deste modo, para Gramsci, a política de frente única deveria ser caracterizada por uma forte marca nacional, o que exigiria maior atenção ao conhecimento das realidades sócio-históricas de cada país. A partir desta nova compreensão, o autor atribui à fórmula política da frente única um valor superior a uma mera tática, propondo uma “complexa articulação entre a resistência antifascista e a transição socialista” (p.120).

Em síntese, ao longo de 253 páginas, Marcos Del Roio nos convida a visitar um importante episódio da história da IC, apresentando-nos seus diversos “prismas”, assim como as dificuldades de produção de um movimento unitário, trazendo a lume o esforço de Lenin, Luxemburgo, Gramsci, entre tantos outros, na criação da difícil unidade na diversidade, isto é, da necessidade das sínteses políticas em lugar da simples unidade mecânica e dos consensos manipulados. O livro também retoma a importância, para Gramsci, da formação intelectual e política das classes subalternas e da atenção às especificidades das diferentes realidades regionais, nacionais e internacionais. Deste modo, mais que um estudo sobre o pensamento e atuação política individual de Gramsci no período compreendido entre 1919 e 1926, Del Roio nos apresenta um importante e denso capítulo da história do movimento comunista internacional.